



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ANTÔNIO ROQUE CITADINI, MD.
CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO.**

TC nº 4310/989/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM, por seus advogados que esta subscrevem (instrumento de mandato já anexado nos autos), vem à respeitável presença de Vossa Excelência, a fim de apresentar as **JUSTIFICATIVAS** pertinentes em face das anotações constantes do relatório de inspeção *in loco*, o que se faz com fundamento na Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

O processo em epígrafe abriga as Contas do Exercício de 2016 do Poder Executivo de Mogi Mirim, onde a equipe de fiscalização financeira dessa C. Corte apontou a supostas impropriedades, as quais, todavia, serão detalhadamente justificadas, demonstrando que não existem motivos para emissão de parecer contrário à aprovação do Balanço Geral em exame.

Não obstante as eventuais irregularidades apontadas pela douta auditoria, a seguir verificar-se-á que o Poder Executivo de Mogi Mirim deu atendimento aos principais vetores da Administração Pública Municipal, aplicando os valores necessários para atingir os percentuais mínimos previstos na Constituição Federal, assegurando com isso a prestação de serviços eficientes e satisfatórios aos administrados.



Além disso, será possível apurar que a ora peticionária conduziu as finanças do Município com o rigor necessário, já que administrou as peças contábeis com vistas aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo o princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no parágrafo primeiro, do artigo 1º, da Lei Complementar no 101/00.

A seguir será comprovado que as supostas impropriedades detectadas pela equipe de auditoria possuem cunho eminentemente formal, passíveis de relevação, com emissão das recomendações pertinentes.

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Neste tópico inicial, antes de verificar as supostas falhas apontadas pela equipe de auditoria, convém verificar os acertos apurados no planejamento das políticas públicas do Município de Mogi Mirim:

A LDO prevê critérios para limitação de empenhos e movimentação financeira?	SIM
A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM
A LDO autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20% ?	NÃO
A LOA decompõe-se até o elemento da despesa?	SIM
Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente?	SIM
O Município editou o Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM
O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?	SIM
Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana?	SIM

Em que pese tais regularidades, a equipe de fiscalização detectou supostas impropriedades nos atos praticados pelo requerente, os quais, entretanto, são



plenamente justificáveis, não descaracterizando o atendimento do princípio da transparência no planejamento das políticas públicas.

Insurgiu-se a Fiscalização apontando que o Executivo Municipal fixou diversas metas e indicadores da LDO na unidade de medida “percentagem”, sendo que, percentagem é uma unidade de comparação.

Nada de irregular ocorreu a esse respeito, posto que os percentuais indicados nas ações e programas permitiram o acompanhamento do inicialmente planejado pelo Poder Executivo de Mogi Mirim.

Os percentuais mencionados pela equipe de fiscalização correspondem ao quantitativo previsto em relação ao consignado no Plano Plurianual, isto é, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, algumas ações, foram previstas em percentuais correspondentes ao previsto no PPA.

Trazendo à lume o exemplo mencionado pelo d. auditor, deve a Corte de Contas verificar que o quantitativo de 25% referente ao programa 0329 – Captação/Busca de recursos junto aos entes federados e bancos de fomento, se refere à meta prevista para 2016 em relação aos 100% consignados no PPA.

Não há, portanto, nenhuma falha sobre o apontado, já que a unidade de medida eleita pelo Poder Executivo permitiu acompanhar a execução das ações e programas durante o ano de 2016.

Em seguida, a Nobre Auditoria apontou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não atende integralmente à Lei Federal 12.305/2010. Veja p anotado sobre o assunto:

“De qualquer maneira, entendemos que o referido plano não atendeu, em sua totalidade, o conteúdo mínimo exigido no art. 19 da Lei Federal nº 12.305/2010.”



Com o devido respeito, Exa., a constatação da equipe de fiscalização é absolutamente genérica, eis que não indica quais seriam as exigências contempladas na Lei Federal nº 12.305/2010 que não foram atendidas pelo Município de Mogi Mirim.

O artigo 19 da Lei 12.305/2010, mencionado pela fiscalização, traz uma extensa lista de exigências que devem ser inseridas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que exigiria a indicação de quais dos requisitos ali previstos não foram observados pela peça de planejamento do Poder Executivo de Mogi Mirim.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi inserido no Plano Municipal de Saneamento Básico, mais precisamente nos capítulos 7, 10, 13, 16, 20 e 23 (**DOCUMENTO Nº 01**), atendendo ao conteúdo da Lei nº 12.305/2010.

Ainda neste tópico, a auditoria observou que o Plano de Mobilidade Urbana foi finalizado em 2016, porém não foi transformado em Lei ou outro ato normativo.

A respeito, como enalteceu a própria equipe de fiscalização, não se trata de exigência legal, mas sim de mera recomendação do Ministério das Cidades:

*“A instituição do Plano de Mobilidade Urbana sob a forma de lei, ainda que não obrigatória, é recomendada para que a Administração Municipal e a Câmara de Vereadores legitimem a sua construção e resultados. Sugere-se mobilizar esforços para a aprovação integral do projeto, por ser produto de um longo processo técnico e participativo. A aprovação da lei é uma garantia da permanência do Plano, sem estar submetido às discontinuidades das sucessões políticas, respeitando a vontade de todos os que participaram da sua construção.” (Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade in <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf> “
(g.n.).*



Além disso, anotou que alguns imóveis onde se encontram os prédios públicos ainda não atendem à “ABNT NBR 9050”, que trata da acessibilidade a edificações, em sua íntegra.

O acervo patrimonial do Poder Executivo de Mogi Mirim é composto por alguns prédios que, quando de suas respectivas construções, não observaram as normas relacionadas à acessibilidade, posto que na época não se tratava de exigência legal.

A correção de tal situação deveria ocorrer através da realização de obras e reformas em tais prédios, o que, entretanto, está relacionado à disponibilidade de recursos financeiros, o que se tornou muito escasso durante todo o ano de 2016, principalmente em decorrência da racionalização de repasses advindos de outras esferas de governo.

Na gestão do requerente, diversas foram as obras de reformas realizadas com a finalidade de ampliar e melhorar os acessos aos prédios públicos àqueles que possuem necessidades especiais.

Casos da espécie, com o devido respeito, comportam recomendações para que a atual administração de Mogi Mirim possa continuar trabalhando na busca de atendimento do Plano de Mobilidade Urbana do Município.

A.2. CONTROLE INTERNO:

Foi observado pela Auditoria que não houve controle interno efetivamente exercendo as atribuições que lhe são atinentes no exercício de 2016, não havendo demonstração de interesse, por parte da Administração, em fazer o sistema de controle interno funcionar, visto que nem mesmo se preocupou em substituir a servidora afastada da função durante o exercício de 2016.

Apontou a Fiscalização que a forma como o Controle Interno está estruturado na Prefeitura de Mogi Mirim (função gratificada de controlador interno, exercida por servidor efetivo) não traz a essencial independência à função, visto que a mesma pode ser



retirada do servidor e ofertada a outro conforme a vontade do gestor do paço municipal, além de desatender ao Manual Básico de Controle Interno de 2016 deste E. Tribunal.

Não procede a constatação da equipe de auditoria. Também em 2016, foram adotadas diversas posturas a implantar definitivamente sistema de controle interno eficaz e condizente com as exigências preconizadas nos artigos 34 e 71 da Constituição Federal.

Após editada a Lei Complementar nº 278, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura de Mogi Mirim, foi iniciado o processo de implantação e adequação do sistema de controle interno.

A alínea “c”, do inciso II, do artigo 5º, da LC 278/13, prevê a criação da Secretaria de Captação, Gestão e Controle, cujas atribuições e competências foram definidas nas alíneas “d” e “e”, do inciso III, do artigo 11, da mesma norma legal.

O artigo 17 da referida norma legal, criou a função gratificada de controlador interno, cujos incisos deste dispositivo descrevem as funções específicas e conferem ao servidor responsável pelo controle interno a autonomia reclamada pela auditoria.

Através do concurso público nº 01/2014, houve aprovação e convocação da servidora para ocupação do cargo efetivo de CONTADOR, que assinou contrato com a Prefeitura de Mogi Mirim em 11 de março de 2015.

Na sequência, foi editada a Portaria nº 167/2015, através da qual a referida servidora efetiva foi designada para exercer a função gratificada de Controle Interno.

Houve também nomeação da servidora Lídia Maria Fagundes Bruno para atuar na Gerência de Auditoria e Controle Interno, que conta ainda como a Auditora Beatriz A. C. Gualga e Alana Carolline Silva, Assessora da Gerência.

Após o mês de março de 2015, o Controle Interno passou ser exercido pelas funcionárias Mara Cristina Zamboni Vitória (contadora concursada) e Lídia Maria



Fagundes Bruno (coordenadora de controle interno). Ambas estavam lotadas na Gerência Administrativa de Controle Interno, que conta ainda com outras 03 (três) servidoras.

Com o afastamento da servidora Mara Cristina Zamboni Vitória, decorrente do período de licença maternidade e férias, continuou no exercício do controle interno a servidora Lídia Maria Fagundes Bruno, não deixando o setor desamparado e inerte, como fez crer a d. auditoria.

É certo, portanto, que medidas eficazes foram adotadas para implantação de sistema de controle interno atuante e que cumpra as finalidades previstas na Constituição Federal.

O controle interno, em 2016, fez acompanhamento sistemático dos resultados contábeis do Executivo de Mogi Mirim, participando assiduamente de reuniões com o Prefeito e seu secretariado, fato que permitiu reportar as deficiências encontradas e apontar as possíveis soluções para correção de tais problemas, muitas das quais foram acatadas pelo requerente.

Em consonância com o entendimento desse E. Tribunal, questões semelhantes já foram relevadas pela Corte de Contas, devendo, todavia, serem emitidas as recomendações pertinentes para que a atual Administração do Município de Mogi Mirim promova a regulamentação do sistema de controle interno, sanando qualquer pendência a esse respeito.

“Processo: TC – 005873/026/07.

(...)

*EXTRATO DE SENTENÇA: Pelos fundamentos expostos na sentença referida e acompanhando as manifestações externadas pelos órgãos da Casa, **julgo regulares** com ressalva as contas do Consórcio Intermunicipal para Conservação e Manutenção de Vias Públicas - AABISP, relativas ao exercício de 2007, nos termos do inciso II, do artigo*



33 da Lei Complementar nº 709/93, excetuando-se os demais atos eventualmente pendentes de julgamento por este Tribunal.

Ainda, com base no artigo 35 da referida Lei Orgânica, dou quitação ao responsável. Recomendo à Origem que sejam adotadas providências: quanto à elaboração de relatórios mensais, **no que se refere ao Controle Interno**, conforme previsto nas Instruções deste Tribunal; que o Conselho Fiscal emita manifestações sobre as contas do exercício, conforme disposto no artigo 20, inciso IV, do Estatuto do Consórcio; que seja cumprido o prazo de entrega de documentos previsto nas Instruções desta Casa.

Determino à auditoria da Casa que, em futuras inspeções, verifique o efetivo cumprimento das medidas corretivas anunciadas pela Origem, com relação ao item 4.1.1 (Orçamento – Autorização e Execução), onde o Consórcio informou que: “encontra-se em vias de retornar às atividades, mediante o conserto para funcionamento das máquinas, ocasião em que providenciará a elaboração das peças de planejamento.

Autorizo vista e extração de cópias dos autos ao responsável, observadas as cautelas de estilo.

GC, 22 de junho de 2009

FÚLVIO JULIÃO BIAZZI – Conselheiro”

(Publicado no DOE de 23/06/2009) (g.n.).

Aguarda-se tratamento idêntico ao dispensado no julgado ora reproduzido.

A.3 – ACOMPANHAMENTO DO ENSINO 2016 – FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO:

A Auditoria realizou fiscalização de natureza operacional, objetivando tratar da valorização do corpo docente e a disponibilidade de uma série de instalações e recursos pedagógicos essenciais ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem.



Após a exaustiva avaliação, chegou-se ao apontamento de algumas ocorrências, as quais, por sua natureza, não desqualificam a efetividade das despesas públicas investidas na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A fiscalização, neste tópico, apontou algumas questões para as quais a Prefeitura de Mogi Mirim já havia adotado providências saneadoras. Outras questões sequer se consubstanciam em obrigações passíveis de cumprimento pela Administração Pública, eis que se trata de meras recomendações do Conselho Nacional de Educação, cujo descumprimento não indica má qualidade do ensino ou mesmo indevida destinação dos recursos desse setor.

É o que se verifica, por exemplo, em relação a constatação de que ***“Há mais de 24 alunos por turma em 50% das escolas, em desatendimento às recomendações do CNE”***

Sobre tal aspecto, deve a Corte de Contas levar em consideração que, no âmbito do Município de Mogi Mirim, a Lei Municipal 4243/2006 regularizou o número de alunos por sala, com o que o requerente não descumpriu as orientações do Parecer do CNB e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No mesmo sentido, quando a auditoria constatou que ***“25% das escolas possuem turmas onde a área disponível por aluno é inferior a 1,875m² por aluno, sendo que 40 a 60% das turmas se encontram nessa condição, em desatendimento à metragem mínima recomendada pelo CNE de 1,875m² por aluno;”*** não há irregularidade para ser combatida.

A respeito, a Secretaria Municipal de Educação, em 2016, realizou levantamento dessas salas para investigar a possibilidade de ampliação, adequando-se às orientações do Conselho Nacional de Educação.

É certo, todavia, que algumas unidades escolares são antigas, estando instaladas em prédios que não comportam ampliações devido ao espaço público que ocupam.



Também não existe irregularidade propriamente dita “*Quanto as Coleções e Materiais Bibliográficos, nenhuma das escolas atendeu plenamente às recomendações do CNE, sendo que metade das escolas atenderam apenas 3 dos 6 itens*”.

Como dito, não se trata de descumprimento de ordem legal plenamente vigente, mas sim execução e manutenção de rotinas escolares em desacordo com as orientações traçadas, em âmbito nacional, pelo Conselho Nacional de Educação.

Sobre o apontado, cumpre esclarecer que a reposição do acervo é de responsabilidade do Diretor da Unidade Escolar. Uma vez não requisitada a reposição dos livros, entende a Secretaria de Educação que a unidade escolar está com seu acervo em condições de uso.

Importante destacar que, também em 2016, houve um grande investimento da Prefeitura Municipal na aquisição de livros para ampliar o acervo literário das escolas municipais e para suprir essa falta.

Ainda neste tópico, a fiscalização constatou que “*A maioria dos professores declarou não ter participado ou ter participado de um único curso de formação continuada em 2015, sendo que a baixa capacitação continuada do corpo docente se justifica, em parte, devido ao fato da Prefeitura não vir investindo em capacitação;*”

Os professores recebem formação continuada nas HTPCs (Hora e Trabalho Pedagógico Coletivo) remunerada a parte, além de outros momentos de formação dos docentes na realização dos seguintes projetos desenvolvidos na rede municipal:

- *Projeto Comunidade de Aprendizagem e Projeto Trilhas, realizados em todas as unidades em parceria com o Instituto Natura;*
- *Projeto “Jovem Empreendedor” em parceria com o SEBRAE;*
- *Formação em Educação Integral em parceria com o CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e com a Fundação Itaú Social, são realizadas reuniões de formação para Educador de Ações pedagógicas,*

Rua Boa Vista, 76 - 6º Andar – CEP 01014-000, São Paulo SP – fone/fax (11) 3101-7539

gnadvogados@gnadvogados.com.br



Coordenador Pedagógico, monitores de entidades conveniadas, Professores de Educação Infantil Integral, na busca de um processo de construção coletiva de ações continuadas, objetivando a consolidação da Educação Integral e caracterizando uma estratégia para melhoria da qualidade da educação.

- *Formação na área de leitura e escrita: voltado à formação de professores de Língua Portuguesa e Leitura do Ensino Fundamental II. O curso visa abordar questões práticas de uso e reflexão sobre a língua e atende também coordenadores pedagógicos*
- *Programa Educação Viária é Vital em parceria com o DETRAN.*
- *Projeto: “Brincadeiras Musicais da Palavra Cantada”, formações presenciais e a distância.*

Outrossim, convém observar que a efetiva participação em cursos de formação continuada depende de interesse direto do professor, os quais, muitos deles, acabam deixando de participar dos cursos oferecidos pela Administração Pública em razão de fatores que fogem do controle do Poder Executivo.

Quanto aos Equipamentos para Áudio, Vídeo, Foto e equipamentos de processamento de dados, deve a Corte de Contas observar que a implantação dos mesmos em todas as unidades escolares demanda investimentos elevados, os quais muitas vezes somente podem ser adquiridos através de parceria com o Governo Federal e/ou Estadual, o que se tornou escasso durante o ano de 2016.

No que se refere às constatações quanto ao plano de carreira, deve a Corte de Contas considerar que muitos dos professores sequer conhecem o plano de carreira do Município de Mogi Mirim, o que conduziu ao falso entendimento de que o mesmo não atenderia os anseios da categoria.

O Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério foi construído em conjunto com os representantes da categoria, onde foram estabelecidos os critérios e métodos para estimular a permanência dos professores na rede pública de ensino, bem como para estimular o aperfeiçoamento dos mesmos.

Queiroz

ADVOGADOS

Por fim, no que se refere as irregularidades identificadas quando das visitas *in loco* realizadas nas unidades escolares, cumpre esclarecer que durante o exercício de 2016 a Prefeitura de Mogi Mirim executou diversas obras de reformas nas escolas do Município, sendo certo que muitas outras deveriamse4r executadas, o que não se fez em face da falta de disponibilidade de caixa para tanto.

Como dito, não se pode cogitar a existência de irregularidades na aplicação dos recursos da educação em razão do apurado pela fiscalização, posto que houve, também em 2016m, aplicação dos recursos nas necessidades primárias, evitando a solução de continuidade das unidades escolares.

Ademais, mister destacar que a Prefeitura de Mogi Mirim obteve notas “A” e “B+” no quesito iEDUC do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, respectivamente, aos exercícios de 2014 e 2015. Vejamos:





Observa-se, portanto, que houve efetividade nos gastos dos recursos em prol da manutenção das ações e serviços da educação, não havendo, então, falha capaz de comprometer as Contas Anuais em exame.

A.4 – ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE – FISCALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DA DENGUE:

A Auditoria realizou fiscalização com o objetivo de avaliar o programa de controle da dengue sob responsabilidade sanitária da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim. Após a exaustiva avaliação, chegou-se ao apontamento de algumas ocorrências.

Desde 2013 a “Dengue”, é um tema que está presente no Planejamento Anual das Unidades Escolares da Rede municipal. Os professores foram orientados a trabalhar em sala de aula este tema como conteúdo programático, com aulas práticas, teóricas e ações preventivas nos bairros onde as escolas estão inseridas.

Em relação as demais falhas apontadas pela equipe de fiscalização, cumpre informar que no exercício de 2016 a Prefeitura de Mogi Mirim intensificou os trabalhos de combate ao mosquito da dengue, cujos resultados poderão ser aferidos nas próximas inspeções *in loco*.

A.5. FISCALIZAÇÃO ORDENADA:

TRANSPARÊNCIA:

Na fiscalização ordenada da transparência, a Auditoria apontou irregularidades detectadas em relação aos sites de Transparência do Município:

- **A Lei de Acesso a Informações não foi regulamentada:**



Não procede, posto que a regulamentação se deu através do Decreto nº 7.046 23/11/2015 (**DOCUMENTO Nº 02**), através do qual foi regulamentado o contido na Lei nº 12.527/11.

- **Não existe a previsão da(s) autoridade(s) que podem classificar a informação quanto ao grau de sigilo:**

De fato, o decreto foi omissivo nesse sentido, posto que todas as informações constantes do Portal da Transparência são de caráter público, não havendo sigilo que prescindia a existência de autoridade que possa classificar qualquer grau de sigilo.

- **Não há previsão de responsabilização no caso de condutas ilícitas previstas na Lei de Acesso à Informação:**

Não procede. O artigo 41 do decreto nº 7.046/15, assim dispõe:

“Art. 41 – Os agentes públicos que não atenderem ao disposto na Lei Federal nº 12.527/11 e neste Decreto estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação municipal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantidos os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.”

Afastada a dúvida suscitada pela fiscalização.

- **A existência de instância recursal no caso de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos não foi regulamentada:**

A esse respeito, roga-se pela análise do contido na **Seção IV, do Capítulo IV, bem como o previsto no Capítulo VI, todos do Decreto nº 7.046/15.**



- **A página não indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o órgão ou entidade detentora da página/portal/sítio:**

Ao contrário do apontado pela fiscalização, a página disponibiliza e-mail e telefone de contato e ainda dá o endereço do paço municipal dentro do portal da transparência, permitindo que qualquer interessado possa se comunicar com a Administração Pública.

- **Não existe possibilidade de entrega ou envio de pedidos de acesso, seja na forma física ou eletrônica:**

Não persiste. No Decreto é dado o direito de o munícipe fazer qualquer pedido de informação no protocolo geral da Prefeitura dando prazo para esse pedido ser atendido.

- **Não há relatórios estatísticos de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) presencial e eletrônico contendo número de atendimentos e prazo médio de atendimento dos pedidos:**

Não se trata de exigência legal que permita a ampliação da transparência das informações públicas. Em que pese, existem sim dados internos de controle de atendimentos realizados, o que, inclusive, permite o atendimento das requisições dentro dos prazos legais.

- **Não foi implantado na entidade serviço de Ouvidoria:**

As demandas são enviadas pelo protocolo, que encaminha até o Sr. Ouvidor, que distribui as demandas dos munícipes as Secretarias competentes.

- **Não há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido:**



Há um campo dentro do portal da transparência colaboradores que mostra o vencimento bruto e líquido, não persistindo a suposta falha apontada pela fiscalização.

- **Com relação às despesas do ente, não são apresentadas informações, a partir de 01/01/2016, em tempo real, contendo dados sobre O FAVORECIDO, VALOR DO PAGAMENTO, NÚMERO DO PROCESSO, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, BEM OU SERVIÇO ADQUIRIDO:**

São apresentadas: Número de Pagamento, Número Liquidação, Data Pagamento, Valor Pago, Credor, CNPJ Credor. Faltando o número do Processo, Procedimento licitatório, bem ou serviço adquirido.

- **O site não apresenta dados a partir de 01/01/2016, contendo a íntegra dos editais de licitação:**

Não persiste. A informação reclamada consta do seguinte endereço:
<http://187.92.42.98:9090/Compras-Transparencia>.

- **O site não apresenta a prestação de Contas do Exercício Anterior:**

Não persiste. A informação reclamada consta do seguinte endereço:
<http://www.mogimirim.sp.gov.br/arquivos/despesas/balancetes-mensais-de-despesa>.

- **O site não apresenta o relatório de Gestão Fiscal dos 02(dois) últimos quadrimestres ou períodos encerrados:**

Não persiste. A informação reclamada consta do seguinte endereço:
<http://www.mogimirim.sp.gov.br/arquivos/lei-de-responsabilidade-fiscal/balancos>.



- *Não há informações sobre a receita a partir de 01/01/2016, incluindo natureza da receita, valor de previsão e valor arrecadado, data de arrecadação, com divulgação em tempo real (dia útil imediatamente anterior):*

Não persiste. A informação reclamada consta do seguinte endereço:
<http://www.mogimirim.sp.gov.br/arquivos/receitas/balancetes-de-receita-mensais>

- *O site não apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos 3 (três) últimos bimestres encerrados:*

Não persiste. A informação reclamada consta do seguinte endereço:
<http://www.mogimirim.sp.gov.br/arquivos/lei-de-responsabilidade-fiscal/lrf-relatorio-de-gesto-fiscal>

RESÍDUOS SÓLIDOS:

Na fiscalização ordenada dos resíduos sólidos, a Auditoria apontou as algumas supostas impropriedades, as quais seguem devidamente justificadas:

- *Não está constituído o Conselho de Resíduos Sólidos no Município:*

A respeito, cumpre verificar que consta do Plano Municipal de Resíduos Sólidos (vide documento nº 01), a Portaria nº 017/2015, através da qual foi instituída a Comissão Municipal de Revisão do Plano Municipal de Saneamento.

- *O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos:*



Em 2016, a Coleta Seletiva foi realizada por cooperativa subvencionada pelo Município. Tem-se conhecimento que, no momento, o Município de Mogi Mirim está realizando um chamamento público para ampliação do programa de coleta seletiva.

- **Não existem outras iniciativas de recepção de resíduos sólidos (eco pontos, cata-bagulho, etc.):**

Em 2016, o Município de Mogi Mirim permeou por processo de reformulação e adequação da legislação municipal pertinente ao assunto, tendo em vista a instituição de uma central de resíduos.

No tocante aos resíduos da construção civil, em 2016, estava sendo revisada a legislação local afim de regulamentar todo seu manejo. O município possui procedimento de coleta e destinação final para os “cata bagulhos”.

- **A programação da coleta (não seletiva) não correspondia a realidade:**

A programação de coleta de resíduos “não seletivos” obedeceu ao cronograma definido para o atendimento do zoneamento urbano e parte do zoneamento rural do Município.

- **Não existe unidade de triagem e de compostagem:**

De fato, Exa., não existia unidade de triagem e compostagem, vez que para o aproveitamento mais rico dos materiais, os mesmos devem ser recolhidos de forma seletiva de preferência na fonte, inviabilizada no momento pela delicada situação econômica vivenciada pelo Município.

- **Não existe licença de operação da CETESB para a área de transbordo:**



O transbordo local já possui licença prévia (**DOCUMENTO Nº 03**). Encontra-se em fase de atendimento às demais exigências para obtenção da licença de operação.

- **O município não aprova os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das Atividades Agrossilvopastoris (artigo 20-inciso V-lei nº 12.305/2010):**

As atividades Agrossilvopastoris do Município são licenciadas a nível Estadual e Federal.

- **O município não fiscaliza a execução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos empreendimentos do setor agrossilvopastoril:**

A fiscalização da execução dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para as atividades do setor agrossilvopastoril compete à esfera Estadual e Federal, órgão licenciador.

- **Não existem sanções para o descumprimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos:**

No momento, o Município não dispõe de legislação específica para a aplicação das sanções quanto ao descumprimento dos planos de gerenciamento, uma vez que as atividades estão sendo licenciadas pelo Estado, órgão competente para essa fiscalização.

B.1.1 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Observou-se a existência de déficit de 0,61% (R\$ 1.764.220,22), o que teria surgido em razão da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 9,70%, a efetiva arrecadação.

Com o devido respeito, não há irregularidade capaz de comprometer as Contas Anuais em exame.



Primeiro, deve a Corte de Contas verificar que não houve qualquer superestimativa na fixação das receitas. Ocorreu sim, frustração na arrecadação das receitas de capital, mais precisamente das receitas decorrentes de transferências de outros órgãos.

Houve em 2016, forte retração da economia do país, o que fez com que os órgãos estaduais e federais suspendessem a execução de programas de governo existentes quando da confecção do orçamento de Mogi Mirim (2016), o que resultou na frustração das receitas de convênios.

No quadro de fls. 54 do relatório de inspeção *in loco*, consta que a Prefeitura de Mogi Mirim previu a receita de capital em R\$ 11.601.000,00, no entanto, a arrecadação atingiu a quantia de R\$ 5.080.102,77, gerando uma frustração de **56,21%**.

Por outro lado, convém verificar que as receitas correntes foram previstas na quantia de R\$ 335.736.000,00, no entanto, a arrecadação atingiu a quantia de R\$ 311.792.151,87, gerando uma diferença à menor de apenas **7,13%**.

Veja, desde já, que houve indiscutível esforço do gestor público na busca de soluções eficazes para controlar o orçamento do Poder Executivo, isso porque as despesas fixadas atingiram a quantia de R\$ 329.138.869,83, entretanto, as despesas empenhadas se limitaram ao valor de R\$ 290.453.873,39, isto é, **houve uma economia orçamentária de R\$ 38.684.996,44.**

Não obstante tais fatos, é certo que o resultado orçamentário apontado pela fiscalização foi integralmente suportado pelo superávit financeiro de 2015, o qual, conforme quadro de fls. 55 do relatório, somou a quantia de **R\$ 11.132.601,88.**

O déficit orçamentário, apesar de expressar uma composição negativa entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, no caso concreto não representa desajuste fiscal capaz de comprometer as contas anuais em exame, posto que **o referido resultado foi acobertado integralmente pelo superávit financeiro advindo de 2015.**



Aplicável, portanto, o repertório jurisprudencial da Corte de Contas:

“TC-000052/026/14

Prefeitura Municipal: Dourado.

Exercício: 2014.

(...)

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Dourado, relativas ao exercício de 2014. Responsável pela instrução processual, a Unidade Regional de Araraquara – UR-13, após verificar os atos de gestão praticados, elaborou o relatório de fls.11/38, consignando os seguintes apontamentos:

(...)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – déficit de 1,86%, amparado por superávit financeiro do exercício anterior;

(...)

VOTO

(...)

Quanto aos aspectos de ordem econômica, registre-se que o déficit orçamentário de 1,86% (R\$ 423.939,87), esteve devidamente amparado pelo superávit financeiro registrado no exercício anterior (R\$ 704.524,030 – item B.1.1 – fl. 16).

(...)

Em face de todo o exposto e acolhendo as unânimes manifestações de ATJ (Econômica, Jurídica e Chefia) e do d.MPC, voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Dourado, relativas ao exercício de 2014, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

(...)

RENATO MARTINS COSTA

Conselheiro”



“TC-000100/026/14

Prefeitura Municipal: Luiziânia.

Exercício: 2014

(...)

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Luiziânia, relativas ao exercício de 2014.

A Unidade Regional de Araras–UR-1, responsável pelo exame in loco, elaborou o relatório de fls. 13/86 apontando o que segue:

(...)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - déficit de 1,97%, amparado por superávit financeiro do exercício anterior;

(...)

Analizando a parte econômica, a Assessoria Técnica indicou que o déficit da execução orçamentária de R\$ 287.940,01, correspondente a 1,97%, foi amparado integralmente pelo resultado financeiro obtido no exercício anterior.

Destacou que os demais resultados contábeis mostraram-se positivos, bem como que houve investimentos correspondentes a 16,52% da Receita Corrente Líquida, equilíbrio na assunção de compromissos de curto e de longo prazo e cumprimento da Emenda Constitucional nº. 62/09.

Posicionou-se pela emissão de parecer favorável às contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Luiziânia.

(...)

VOTO

(...)

Em face de todo o exposto e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômica, Jurídica e Chefia) e de SDG, voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Luiziânia, relativas ao



exercício de 2014, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

(...)

RENATO MARTINS COSTA

CONSELHEIRO”

E certo, portanto, que houve atendimento ao princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no parágrafo primeiro, do artigo 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda em relação ao resultado orçamentário, a fiscalização constatou que a Prefeitura deixou de contabilizar R\$ 17.079.675,23 de despesas e encargos sociais (compensação nas guias), conforme itens E.1.1 e B.5.1 deste relatório, dispêndios da competência do exercício que, se regularmente empenhados, elevariam o déficit orçamentário a R\$ 17.737.133,17.

Conforme será devidamente esclarecido nos referidos tópicos, as compensações previdenciárias ocorreram de maneira correta, fato que conduz ao entendimento indiscutível de que os dispêndios não deveriam efetivamente ser empenhados.

Aqui, ainda, a fiscalização detectou que a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 59.275.581,92, representou 19,23% da Despesa Fixada Inicial.

Cumprе verificar que nada de irregular ocorreu. A Prefeitura de Mogi Mirim promoveu a abertura de créditos adicionais nos exatos termos autorizados na Lei Orçamentária Anual.

O que fez a auditoria foi reunir, em um único “lote”, todas as alterações orçamentárias, incluindo aqui os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados por leis específicas e as suplementações decorrentes de decretos do executivo.



Além disso, observa-se que a equipe de fiscalização não fez análise das exceções verificadas na Lei Orçamentária Anual.

Também não se extirpou do percentual em comento os remanejamentos, transposições e demais alterações orçamentárias realizadas dentro do mesmo órgão e/ou dentro das mesmas categorias econômicas.

As alterações orçamentárias verificadas em 2016 respeitaram o percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual e as exceções nela previstas:

Não existe, portanto, nenhuma falha capaz de comprometer as Contas Anuais em exame, sobretudo porque, como visto, o resultado orçamentário foi equilibrado, adequando-se ao contido no repertório jurisprudencial deste Sodalício.

Por fim, apontou-se que o Município realizou investimento correspondente a 1,57% da Receita Corrente Líquida.

Tal fato, com o devido respeito, não representa qualquer motivação para comprometer a aprovação das Contas Anuais em exame, posto que o nível de investimentos está atrelado à frustração na arrecadação das receitas, principalmente daquelas oriundas de transferências de capital.

As receitas arrecadadas em 2016, em sua grande maioria, se destinaram à manutenção de serviços essenciais colocados à disposição dos administrados, os quais não poderiam ser mitigados sob o argumento de que seria necessário realizar investimentos para elevar o índice em relação aos demais municípios da região.

É certo e indiscutível que a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim investiu os recursos públicos de maneira responsável, posto que, maiores investimentos, resultaria em déficit orçamentário, resultando em desajuste das peças contábeis.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL:

Rua Boa Vista, 76 - 6º Andar – CEP 01014-000, São Paulo SP – fone/fax (11) 3101-7539

gnadvogados@gnadvogados.com.br



Neste item a Fiscalização apontou que a existência de resultado financeiro ajustado pela Fiscalização deficitário em R\$ 22.276.467,26.

Excelência, não procedem os ajustes sugeridos pela equipe de auditoria, em especial aqueles referentes às compensações previdenciárias, as quais, conforme será evidenciado no tópico pertinente, foram processadas de maneira adequada, não podendo as despesas não empenhadas em 2016 serem consideradas no passivo financeiro do Município.

Ainda que assim não compreenda a Corte de Contas, convém verificar que o resultado financeiro sugerido pela auditoria representa menos de 01 (um) mês da Receita Corrente Líquida do Município.

A RCL de 2016 somou a quantia de **R\$ 316.641.581,78**, de modo que a proporção de 01 (um) mês representa o valor de **R\$ 26.386.798,48**, acima, portanto, do resultado financeiro apontado pela equipe de auditoria.

Veja, outrossim, que o passivo financeiro apurado pela fiscalização está composto pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme recente repertório jurisprudencial deste Sodalício, podem ser desconsiderados para fins de apuração dos resultados contábeis do Poder Executivo.

Conforme evidencia o **DOCUMENTO Nº 04**, em 2016 foram inscritos em Restos a Pagar a quantia de R\$ 30.033.496,63, segregados em empenhos processados na importância de R\$ 24.701.004,83 e empenhos não processados no valor de **R\$ 5.332.491,80**.

Assim, o resultado financeiro apurado pela fiscalização está adequado ao repertório jurisprudencial deste Sodalício, não se verificando, no caso concreto, nenhum desajuste fiscal capaz de comprometer as Contas Anuais em exame.



B.1.2.1 – INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO:

A fiscalização entendeu que o déficit orçamentário do exercício em exame contribuiu no surgimento de um antes inexistente déficit financeiro, isso, embora tenha sido a Prefeitura alertada por 4 (quatro) vezes, por esta Corte de Contas.

Não procede o apontado pela equipe de fiscalização. O que fez surgir o resultado financeiro negativo foram os ajustes indevidos sugeridos pela equipe de fiscalização.

O déficit orçamentário apurado pela fiscalização, referente ao exercício de 2016, na importância de R\$ 1.764.220,22 (0,61%), pouco impactou no resultado financeiro positivo recebido de 2015, o qual, como visto, somou a quantia de R\$ 11.132.601,88.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO:

Considerando o resultado financeiro (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), a auditoria verificou que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo (0,83).

De início, cumpre enaltecer que o endividamento de curto prazo revela situação positiva da Administração Pública, eis que não existe indicador de comprometimento das gestões futuras.

A fiscalização verificou que o passivo financeiro do Município representou a quantia de R\$ 30.572.399,72, para o que havia disponibilidade de R\$ 25.375.607,69, isto é, para cada R\$ 1,00 de dívida a Prefeitura de Mogi Mirim possuía R\$ 0,83 para quitá-la, revelando elevadíssima capacidade financeira para assumir os compromissos de curto prazo.



Não obstante tal fato, deve a Corte de Contas observar que os cálculos da equipe de fiscalização não podem ser acatados, eis que indevidamente influenciados por empenhos inscritos em restos a pagar, porém, não processados até 31.12.2016.

Excluídos os empenhos não processados (**R\$ 5.332.491,80 – vide doc. 04**), é possível verificar que o passivo financeiro real da Prefeitura de Mogi Mirim somou a quantia de R\$ 25.239.907,92, para os quais havia a disponibilidade de R\$ 25.375.607,69.

O que se conclui, portanto, é que os resultados contábeis de 2016 se apresentaram em níveis de equilíbrio, não havendo endividamento capaz de comprometer as gestões futuras.

Nesse sentido, aliás, cumpre demonstrar que o Índice de Liquidez Imediata da Prefeitura de Mogi Mirim, em jun/17, indica que o passivo financeiro de R\$ 12.782.987,21, para o que existia disponibilidade de R\$ 34.260.145,10 (**DOCUMENTO Nº 05**), comprovando que não houve comprometimento da gestão orçamentária e financeira do exercício subsequente.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO:

Neste tópico a Fiscalização assinalou o aumento da dívida de longo prazo (13,46%).

Mais uma vez, é possível observar a inexistência de qualquer falha capaz de comprometer as Contas Anuais em exame.

Em 2016, houve considerável esforço para reduzir o endividamento de longo prazo, no entanto, tal fato não foi possível em razão da elevação da dívida de precatórios e da assunção de novos compromissos com exigibilidade de pagamento com prazo superior a 12 meses.



Entre 2015 e 2016, as dívidas contratuais foram reduzidas de R\$ 12.256.732,24 (2015) para R\$ 11.854.957,07 (2016), revelando uma retração de R\$ 3,28%.

Em que pese, na contramão, observa-se que a dívida de precatórios, no mesmo período, se elevou de R\$ 74.000.666,81 (2015) para R\$ 81.362.094,09, isto é, um aumento de 9,95%.

Não obstante tais fato, deve a Corte de Contas verificar que a Dívida Consolidada do Município de Mogi Mirim, em 2016, permaneceu muito aquém do limite legal previsto no artigo 9º da Resolução nº 40 do Senado Federal, fato, aliás, constatado pela própria equipe de auditoria no quadro de fls. 60 do relatório de inspeção *in loco*.

B.1.6. – DÍVIDA ATÍVA:

Contatou-se a existência de divergência entre o valor total de Dívida Ativa informado pelo setor de Contabilidade (R\$ 275.754.004,10 – Balanço Patrimonial) e o setor de Dívida Ativa (R\$ 275.570.106,72).

A respeito, deve a Corte de Contas verificar que houve equívoco do departamento de contabilidade quando do fornecimento dos subsídios requisitados pela Corte de Contas, fato que foi reconhecido pelo Contador e pelo Secretário de Finanças da Prefeitura de Mogi Mirim, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 06**.

Analisada a referida documentação, será possível concluir que o total do estoque da Dívida Ativa representa o montante de R\$ 275.754.004,10, conforme lançamento efetuado no Balanço Patrimonial de 2016.

B.2.2 – DESPESAS DE PESSOAL:

A equipe de fiscalização realizou ajustes nos demonstrativos de despesas de pessoal apresentados pelo Executivo de Mogi Mirim.



Entendeu a fiscalização que deve ser somado ao gasto de pessoal as despesas referentes as compensações previdenciárias que ocorreram em 2016, e por consequência, não estavam integrando os montantes dessa despesa, com o que foi acrescido R\$ 2.752.373,20 ao 1º quadrimestre, R\$ 7.970.778,00 ao 2º quadrimestre e R\$ 15.972.912,95 ao 3º quadrimestre, tudo conforme valores compensados em 2016 informados no item B.5.1 – ENCARGOS deste relatório.

Após os ajustes da fiscalização concluiu que o Executivo Municipal atendeu ao limite da despesa de pessoal (*art. 20, III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal*), haja vista que, mesmo com os ajustes, essa despesa significou 53,96% da Receita Corrente Líquida no último quadrimestre de 2016.

Todavia, verificou-se que foi ultrapassado o limite da despesa com pessoal prevista no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

De início, Exa., cumpre esclarecer que o percentual apresentado pelo Poder Executivo em dez/2016 foi de **47,89%**, pois não foram computadas as despesas com Pasep neste ano, contabilizadas pelo TCE no montante de R\$ 3.248.725,33.

Considerando os cálculos do Poder Executivo (com exclusão do PASEP) e somar o valor das compensações previdenciárias, o índice atingiria **52,93%**, **o que segue comprovado através dos DOCUMENTOS N°s 07** (RGF 3ºQuad 2016), **08** (Despesa de Pessoal TCE) e **09** (Desp Pessoal + INSS compens 2016).

Em que pese, Exa., assim como nos demais resultados contábeis, os valores referentes as compensações previdenciárias não devem ser consideradas nos cálculos das despesas de pessoal de 2016.

Em que pese a atual gestão da Prefeitura de Mogi Mirim realizado parcelamento dos valores compensados em 2016, é certo e inquestionável que as compensações



previdenciárias efetuadas neste ano se fundamentaram em bases legais que autorizavam tal procedimento.

Não obstante, considerando o parcelamento da dívida pela atual gestão, é certo que as despesas serão computadas nos respectivos exercícios de pagamento dos valores.

No mais, convém observar que esta Corte de Contas, em unanimidade, permite a aprovação de Contas Anuais de Poder Executivo quando a despesa de pessoal se verifica dentro do limite prudencial, todavia, abaixo do limite legal. Vejamos:

PROCESSO	% PESSOAL	CONSELHEIRO	PARECER
995/026/11	53,83%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2036/026/08	53,66%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
417/026/09	51,65%	RENATO MARTINS COSTA	FAVORÁVEL
2954/026/10	51,94%	ANTONIO ROQUE CITADINI	FAVORÁVEL
2446/026/10	53,57%	CRISTIANA DE CASTRO MORAES	FAVORÁVEL
2192/026/07	52,90%	ARNTONIO ROQUE CITADINI	FAVORÁVEL
2048/026/12	51,43%	SIDNEY ESTANISLAU BERALDO	FAVORÁVEL
1572/026/12	53,24%	RENATO MARTINS COSTA	FAVORÁVEL
1905/026/12	53,35%	RENATO MARTINS COSTA	FAVORÁVEL
1567/026/12	52,78%	RENATO MARTINS COSTA	FAVORÁVEL
1752/026/12	51,76%	CRISTIANA DE CASTRO MORAES	FAVORÁVEL
1929/026/12	53,74%	CRISTIANA DE CASTRO MORAES	FAVORÁVEL
2015/026/12	51,45%	CRISTIANA DE CASTRO MORAES	FAVORÁVEL
1512/026/12	52,13%	DIMAS EDUARDO RAMALHO	FAVORÁVEL
1653/026/12	53,19%	DIMAS EDUARDO RAMALHO	FAVORÁVEL



2858/026/10	51,94%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2808/026/10	52,80%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
487/026/09	53,38%	EDGARD CAMARGO RODRIGUES	FAVORÁVEL
2428/026/10	53,87%	EDGARD CAMARGO RODRIGUES	FAVORÁVEL
2593/026/07	53,99%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
1876/026/12	53,93%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
470/026/09	52,36%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2794/026/10	52,23%	EDGARD CAMARGO RODRIGUES	FAVORÁVEL
2740/026/10	52,56%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2924/026/10	51,82%	EDGARD CAMARGO RODRIGUES	FAVORÁVEL
2839/026/10	51,66%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2966/026/10	51,44%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL
2600/026/10	53,46%	ROBSON MARINHO	FAVORÁVEL

Não existe, portanto, qualquer falha capaz de comprometer as Contas Anuais em exame.

B.3.1. ENSINO:

Neste tópico, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Mogi Mirim, em 2016, aplicou **25,11%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Ademais, verificou a aplicação de **97,71%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.



Além disso, verificou-se que em 2016 utilizou-se o equivalente a **99,54%** dos recursos do FUNDEB, observando-se o percentual mínimo de 95%.

Todavia, constatou-se a não utilização da parcela diferida (R\$ 171.416,64) no 1º trimestre de 2017, não se atendendo ao § 2º do artigo 21 da LF nº 11.494/07, sendo que no fim do exercício de 2016, o saldo nas contas bancárias vinculadas do FUNDEB era suficiente para quitar os restos a pagar do FUNDEB, mas não a parcela diferida.

A respeito, inicialmente, cumpre esclarecer que tal aspecto não pode comprometer as Contas Anuais em exame, posto que no caso concreto houve descontinuidade da gestão do Município de Mogi Mirim, tendo o requerente encerrado seu mandato em 31.12.2016.

Em que se pese, resta esclarecer que o saldo diferido permaneceu depositado nas contas do FUNDEB e foi utilizado para pagamento de despesas de 2017, tendo sido consumido ainda em janeiro/2017, devido ao valor empenhado ser maior que a receita arrecadada, como pode-se verificar nos arquivos “Empenhos Funde jan-17” (**DOCUMENTO Nº 10**) e “Receita Fundeb Jan-17” (**DOCUMENTO Nº 11**).

B.3.1.2 - DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:

Neste tópico, a Auditoria criticou o fato de que diversas escolas não atingiram a meta projetada do IDEB para 2015, estando ao menos 03 (três) delas com as menores notas da região (de 5,00 para baixo).

O Município contava com muitos professores em regime de contrato, no entanto, entre 2013 e 2016, houve a efetivação de 283 professores e professores de apoio, o que contribuiu para elevação no nível de qualidade do ensino e, conseqüentemente, repercutirá nas próximas notas do IDEB.

Com a finalidade de elevar a qualidade do ensino do Município de Mogi Mirim e, com isso, aumentar as notas do IDEB, cumpre destacar algumas das ações que foram implantadas e mantidas na rede pública de ensino:



- ✓ *Projeto Trilhas – letramento na Educação Infantil;*
- ✓ *O Município aderiu o Projeto Comunidade de Aprendizagem – Parceria com o Instituto Natura, que visa excelência na educação através de atuações educativas de êxito: como Tertúlias Literárias Dialógicas, Tertúlias Pedagógicas, Grupos Interativos, Biblioteca Tutorada, Comissão Mista.*
- ✓ *Avaliação interna da rede: aplicação de provas de Língua Portuguesa e Matemática do 1º ao 9º ano – que acontece semestralmente. Diante do resultado é feito o diagnóstico e intervenção de cada escola, em cada sala de aula.*
- ✓ *Aulas de reforço para alunos das escolas que demonstram baixo desempenho no IDEB e na avaliação interna da rede.*
- ✓ *A Secretaria de Educação aderiu ao Programa “Pelo MEC Mais Educação” para as escolas prioritárias (que tiveram o IDEB mais baixo em 2013).*
- ✓ *Salas de Recursos, onde os alunos com dificuldades de aprendizagem frequentam no contra turno na própria escola.*
- ✓ *Professores de Apoio – dão suporte técnico em sala de aula junto aos professores titulares de classe para os alunos com dificuldades na aprendizagem como também aos alunos de inclusão: deficientes físicos, auditivos, visuais, autistas, dentre outros.*
- ✓ *Os professores de educação básica tiveram capacitação didática metodológica bimestralmente da sua disciplina, pelo SESI.*
- ✓ *Os gestores escolares tiveram capacitação gestão e coordenação escolar, pelo SESI.*
- ✓ *Os professores de Língua Portuguesa participaram de oficinas desta disciplina, oferecidas pelo CENPEC.*



- ✓ *Programa Mais Educação o aluno fica maior tempo na escola, com diversas oficinas, dentre elas Acompanhamento Pedagógico.*
- ✓ *Acompanhamento de frequência e evasão.*
- ✓ *Participação dos alunos nas Olimpíadas Brasileira de Astronomia;*
- ✓ *Participação dos alunos nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática;*
- ✓ *Participação no Concurso Literário de Redação da International Paper (Os professores participaram de oficinas) com destaques de 1º e 2º lugar na categoria anos iniciais, e 1º lugar na categoria anos finais do ensino fundamental.*
- ✓ *Programa Biológico por um dia – UNESP Rio Claro.*
- ✓ *O Município conta também com o CEMAAE – Centro Municipal de Atendimento e Apoio Especializado, que atende:*
 - *Deficiente visual*
 - *Deficiente auditivo*
 - *Deficiente intelectual*
 - *Deficiente múltiplo*
 - *Autistas*
- ✓ *O atendimento a estes alunos: 2 vezes semanais em período contrário de aula regular do aluno.*
- ✓ *O CEMAAEE implantou o Projeto Alfabetização sem Tropeço, que visa alcançar os alunos com defasagem idade-série.*
- ✓ *As escolas também contam com sala de Recurso com professores especializados.*



- ✓ *As escolas contam com Professores de Apoio, para alunos com necessidade especiais.*

A análise das referidas justificativas permite alcançar a conclusão de que as constatações da equipe de auditoria são equivocadas e/ou improcedentes, de modo não existir qualquer falha capaz de comprometer a aprovação das Contas Anuais em exame.

Em adendo, cumpre chamar a atenção dessa Corte de Contas para o fato de que a qualidade das despesas do ensino do Município de Mogi Mirim foi avaliada através do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, onde a Corte de Contas qualificou o **i-EDUC com a nota máxima “A” (2014) e “B+” (2015)**, atestando a elevada qualidade na aplicação dos recursos da educação.

Pelo exposto, se falhas permaneceram desgarradas do ordenamento jurídico, roga-se, desde já, pela emissão das recomendações eventualmente pertinentes.

Em seguida, aduziu-se que na rede municipal de ensino não há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais.

Os alunos com necessidades especiais são atendidos diretamente no CEMAAE (Centro Municipal de Atendimento e Apoio Especializado).

Por fim, observou-se que ocorreu déficit de 507 vagas quanto às creches.

Com a finalidade de extinguir o déficit de vagas nas unidades escolares, houve a construção de 03 (três) unidades de creche, à saber:

- ✓ Centro Educacional Ernst Mahle;
- ✓ Construção do “Nias”;
- ✓ Construção de uma nova unidade de creche no bairro Jardim Planalto.



Não há, portanto, nenhuma falha capaz de comprometer as Contas Anuais de 2016 da Prefeitura de Mogi Mirim.

B.3.2. SAÚDE:

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL:

Neste item, **após ajustes**, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Mogi Mirim, em 2016, aplicou 25,44% das receitas de impostos na saúde, atendendo ao piso constitucional.

Não obstante, a auditoria anotou algumas ocorrências na gestão da saúde.

Trata-se, Exa., de questões que não interferiram na manutenção das ações e serviços da saúde disponibilizados aos munícipes, posto que além de aplicar valores muito acima no mínimo constitucional, houve eficiência e efetividade nos gastos realizados em 2016.

A Prefeitura de Mogi Mirim, através da Secretaria Municipal da Saúde, tem buscando junto ao Conselho Municipal de Saúde solver as pendências e demais questões apontadas pela equipe de auditoria, sendo certo que significativa parcela foi resolvida no corrente ano.

Em que pese, convém observar que as falhas apontadas pela equipe de fiscalização não descaracterizaram a efetividade e qualidade dos gastos públicos na saúde. Ao analisar o índice de Efetividade da Gestão Municipal de Mogi Mirim, é possível observar que no quesito i-Saúde, o Município obteve nota “B+” (2014 e 2015).

Face o exposto, roga-se, desde já, pela relevação as supostas falhas apontadas pela equipe de auditoria.

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA:



Aduziu a Fiscalização que apesar de possuir conta específica para movimentos de arrecadação e despesas relacionadas à manutenção dos serviços de iluminação pública, isso não ocorreu. Movimentações financeiras eram realizadas constantemente entre a conta específica da iluminação pública e outras contas do Município.

As despesas realizadas com recursos da iluminação pública foram devidamente realizadas e identificadas, não evidenciando nenhum desvio de finalidade. As transferências efetivadas para outras contas se destinaram ao pagamento de despesas relacionadas aos serviços de operação e manutenção da iluminação pública.

Observou-se, ainda, que os ativos de iluminação ainda não foram detalhadamente discriminados para a necessária incorporação patrimonial.

Acerca da incorporação dos ativos de iluminação pública, após muita insistência, a Elektro disponibilizou e-mail com o total dos bens transferidos, com o valor a ser incorporado., permitindo que agora em 2017 seja atualizado o valor dos ativos.

B.5.1. ENCARGOS:

Neste tópico, consignou a Fiscalização que os parcelamentos e reparcelamentos de encargos sociais resultaram em prejuízos aos cofres públicos (atualização, juros e multas), em 2016, da ordem de R\$ 4.458.190,11.

Sobre tal aspecto, faz-se necessário, rapidamente, chamar a atenção do cenário previdenciário nacional, com o que este Sodalício poderá concluir que o requerente não cometeu qualquer deslize grave capaz de macular as Contas Anuais em exame.

É fato notório, noticiado diariamente pela mídia falada e escrita, que o sistema previdenciário nacional necessita urgentemente de revisão de sua estrutura, exigindo a união de esforços de todas as esferas de governo.



Atualmente o sistema previdenciário nacional é arcaico e necessita urgentemente de reforma de toda sua base, fato que é discutido e rediscutido, todavia, obstruído em função de questões políticas, colocando os Municípios Brasileiros em situação bastante desconfortável.

Não foi sem motivos que o Governo Federal editou a Portaria nº 21/2013, assinada pelo Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, publicada no DOU de 18/01/2013, através da qual foram definidos os **novos critérios** para o parcelamento dos débitos de contribuições devidas pelos Estados e Municípios aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Nota-se, portanto, a possibilidade de os Municípios, **através de parcelamento**, adotar medidas a fim de regularizar a questão previdenciária, **revelando que a dificuldade em promover, acirradamente, o recolhimento das contribuições previdenciárias não foi exclusiva do Poder Executivo de Mogi Mirim.**

Trata-se de situação vivenciada pela grande maioria dos Municípios Brasileiros, motivo pelo qual não pode a Corte de Contas interpretar a questão em exame de maneira rigorosa, devendo aqui sopesar as providências adotadas pelo recorrente para manter a estabilidade financeira do Fundo de Previdência Municipal, sem, contudo, deixar de manter o equilíbrio das peças contábeis do Poder Executivo.

Em 2015, houve parcelamento das contribuições do INSS referentes ao período de 10/2014 a 13/2014, o que foi devidamente amortizado durante o exercício de 2016.

Tal situação, com o devido respeito, não é diferente da grande maioria dos Municípios Paulistas, quicá brasileiros, os quais, diante de dificuldades de caixa e da diminuta capacidade de arrecadação, buscam privilegiar a manutenção de prestação de serviços dignos à população.



Na sequência, constatou-se o recolhimento parcial nas competências de 02/2016 a 13/2016, tendo ocorrido compensação previdenciária indevida em um montante de R\$ 15.972.912,95.

Com o devido respeito, Exa., as compensações previdenciárias realizadas pela Prefeitura de Mogi Mirim durante o exercício de 2016 se processaram de maneira correta, fato, aliás, que não ensejou nenhuma impugnação por parte da Receita Federal.

Nada de irregular existiu em relação às compensações previdenciárias em comento, já que precedidas de estudos técnicos e realizadas com amparo na legislação previdenciária e tributária em vigência.

Outrossim, de antemão, cabe ressaltar que a Prefeitura de Mogi Mirim em 31/12/2016, dispunha de Certificado de Regularidade de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias, bem como Certidão Conjuntiva Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da dívida ativa da União (**DOCUMENTO Nº 11**).

Isso, por si só, demonstra que a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, ao contrário do anotado pela fiscalização, não cometeu nenhum ato considerado irregular ou indevido, pois se assim tivesse ocorrido certamente o Município estaria negativado perante o órgão previdenciário.

As compensações previdenciárias foram realizadas com fundamento na Constituição Federal, na Legislação Previdenciária Federal e nas reiteradas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal de Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em que pese todos os argumentos já expostos nos autos, os quais, desde já, reitera aqui, requer-se a aplicação do entendimento recentemente formado pela Corte de Contas em questões da espécie.

Na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 07/10/2015, o Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho, decidiu conhecer e dar provimento ao pedido de



reexame interposto pela Prefeitura Municipal de Pereiras, cassando a decisão recorrida, com a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais **(PROCESSO TC 1775/026/12)**.

Na oportunidade, o Plenário se filiou ao entendimento de que as Contas Anuais poderiam ser aprovadas, já que a única questão discutida nos autos envolvia as compensações previdenciárias realizadas por aquele Município, o que não havia sido objeto de impugnação pelo órgão previdenciário, permitindo, portanto, a análise em processo apartado.

Na oportunidade, acatando a sugestão do Conselheiro Renato Martins Costa, determinou-se a expedição de ofício para a Delegacia Regional da Receita Federal para informar sobre as compensações previdenciárias realizadas.

No mesmo sentido, na Sessão Ordinária da 1º Câmara, realizada em 27/10/2015, o Conselheiro Renato Martins Costa, emitiu parecer **FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de 2013 da Prefeitura de São Pedro do Turvo **(PROCESSO TC 1884/026/13)**, determinando a formação de processo específico para analisar a questão das compensações previdenciárias.

Portanto, em razão do “**novo**” direcionamento da jurisprudência da Corte de Contas, conforme evidenciado, podem as Contas de 2016 do Executivo de Mogi Mirim receber deste Sodalício a emissão de Parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, ressalvando para análise em processo específico a regularidade das compensações previdenciárias em questão.

Aliás, cabe informar que a Corte de Contas autuou o processo eletrônico nº 6234.989.17-6, destinado à análise da “Representação” formulada pelo atual prefeito, o Sr. Carlos Nelson Bueno, onde será discutida a regularidade dos atos praticados em relação às compensações previdenciárias.

Por fim, aduziu-se que as compensações previdenciárias indevidas resultaram em prejuízos aos cofres públicos (atualização, juros e multas), em 2016, da ordem de R\$ 4.678.748,67. Referidas compensações foram confessadas e parceladas pela nova administração, em 2017.



Ressalte-se, mais uma vez, que o parcelamento dos valores compensados em 2016 foi efetivado pelo atual chefe do Poder Executivo de Mogi Mirim, o que se fez mesmo diante da inexistência de qualquer impugnação por parte da Receita Federal.

Os parcelamentos de dívidas previdenciárias foram revistos durante todo o 1º semestre de 2017, tendo a Administração, aderido por último, ao parcelamento instituído pela MP 778/2017, que favorece os Estados e Municípios, ao oferecer desconto em multas e juros para a regularização dos débitos.

Importante deixar consignado que os referidos parcelamentos tiveram impulso do atual chefe do Poder Executivo de Mogi Mirim, o qual, em atitude temerária, procedeu parcelamento de dívida que sequer foi reconhecida pela Receita Federal.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE:

Neste item, a Auditoria verificou que os débitos da Prefeitura com a autarquia de água e esgoto, ao fim de 2016, montavam em R\$ 14.612.116,70 (valor atualizado no início de 2017), dos quais R\$ 8.215.728,29 foram contraídos durante os 04 (quatro) anos da administração aqui analisada, sendo R\$ 1.912.584,66 apenas em 2016, sendo que em referido exercício não houve pagamento das parcelas referentes ao parcelamento de faturas que engloba parte dessa dívida da Prefeitura com SAAE.

A questão foi regulamentada com a edição da lei Municipal nº 5662/2015, através da qual o Legislativo autorizou a Prefeitura de Mogi Mirim parcelar o saldo pendente de pagamento, nisso não existindo nenhuma irregularidade.

A forma de correção das parcelas e os demais requisitos reclamados pela d. auditoria, serão devidamente verificados quando da assinatura do instrumento de reconhecimento de dívida e parcelamento dos valores apurados após ampla revisão do Poder Executivo.



Outrossim, cumpre elucidar que o termo de parcelamento ainda não foi assinado devido as faturas de água e esgoto referente ao período de fevereiro de 2007 a junho de 2009, as quais teriam sido pagas sem multas e juros.

A autarquia emitiu boletos dos pagamentos desses encargos em 31/12/2012, os quais, entretanto, sequer foram empenhados pela administração anterior e tão pouco lançados como dívida de curto ou longo prazo.

Por se tratar de encargos da administração anterior, em 2016 não foi possível conferir se os valores realmente são devidos ou qual o cálculo correto dessas contas, as quais são muitas, somando a exorbitante quantia de R\$ 1.740.071,31.

Por total prudência, o valor não foi assumido em 2016, tendo o requerente iniciado as tratativas necessárias para apurar a certeza e exigibilidade dos valores efetivamente devidos.

B.6. – TESOUREARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:

Observou a Fiscalização a existência de inúmeras transferências injustificadas das contas vinculadas da Saúde e Iluminação Pública e a conta movimento da Prefeitura Municipal e até mesmo para outras contas vinculadas. Em alguns casos não houve devolução dos valores às devidas contas e em outros casos sim, mas mesmo nesse último caso, entendemos que a Prefeitura está utilizando as contas vinculadas para a captação de recursos, em uma operação equivalente a realização de empréstimos, sem qualquer amparo legal.

Sobre o apontado, reporta-se às justificativas apresentadas nos itens próprios da presente defesa.

Trata-se de transferências realizadas para custeio de despesas da saúde e daquelas inerentes a gestão do sistema de iluminação pública do Município.



Como ressaltou a própria equipe de auditoria, as transferências indevidas foram regularmente devolvidas nas contas vinculadas da saúde e da iluminação pública, não havendo, portanto, nenhum desvio de finalidade.

C.2. CONTRATOS:

C.2.3 EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Contrato 77/2016:

A Auditoria apontou que não houve prestação dos serviços contratados (compensações previdenciárias) foram realizados, de fato, pela própria prefeitura.

Não procede o anotado pela fiscalização, isso porque o objeto da prestação de serviços da empresa TAX&COM Contabilidade Ltda. era a orientação e treinamento dos servidores para realização das compensações de supostos créditos junto a Receita Federal do Brasil, isto é, a tarefa de fato deveria ser realizada pelos próprios servidores municipais do setor competente.

Em que pese, cumpre esclarecer que o presente contrato está sendo analisado no processo TC 6234.989.17-6, onde o requerente demonstrará a regularidade dos atos praticados em 2016.

C.2.4 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS:

Observou a Fiscalização que antes de aterrar o lixo, o Município não realiza o tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético.

O Município de Mogi Mirim, através de parceria com uma Cooperativa, mantém um programa de coleta seletiva na fonte geradora, ainda que modesto.



Com relação a reciclagem, reutilização ou aproveitamento energético, entendemos que tais atividades demandam altos investimentos e não há viabilidade em especial ao aproveitamento energético com o volume de resíduos gerados no Município, sendo necessário a associações entre Municípios com apoio financeiro do Estado ou União.

Ainda neste tópico, a auditoria, mais uma vez, apontou que a Prefeitura de Mogi Mirim encontra-se inadimplente com o SAAE no montante de R\$ 14.612.116,70 (valor atualizado no início de 2017), dos quais R\$ 8.215.728,29 foram contraídos durante os 4 (quatro) anos da atual administração e R\$ 1.912.584,66 somente em 2016.

Quanto ao presente apontamento, remetemos Vossa Excelência aos esclarecimentos prestados no item “B.5.3. *DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE*”.

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS:

Neste tópico, apontou-se que o serviço de informação ao cidadão não foi implantado.

Reporta-se aos esclarecimentos prestados anteriormente no tópico específico sobre o tema.

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

A Fiscalização consignou em seu relatório que foram constatadas divergências entre os documentos fornecidos pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP em relação à Ordem Cronológica de Pagamentos.

Quanto ao apontado, direcionamos Vossa Excelência aos esclarecimentos prestados no item “B.8 – *ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS*”.

D.3. PESSOAL:



Neste tópico, assinalou a Auditoria a existência de três servidores foram nomeados para cargo comissionado de Assessor Setorial, que não possui características de direção, chefia e assessoramento.

Os cargos em comissão a que se refere o Ilustre Relator foram criados por legislação municipal específica, atendendo desta forma o princípio da legalidade. Todos os cargos possuem natureza de chefia, direção ou assessoramento, conforme atribuições dos mesmos.

Quanto às denominações atribuídas aos referidos cargos, as mesmas **buscaram e visaram atender a exigência** contida no artigo 37, V, da C.F., ou seja, **assessoria, direção e chefia**.

Todos os cargos comissionados constantes do quadro de pessoal do Executivo de Mogi Mirim atendem ao previsto pela Constituição Federal, já que se destinam às **funções e tarefas** de direção, chefia e assessoramento, como prevê o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 19/98.

O art. 37 da Constituição Federal, que desenha com alto grau de detalhes a estrutura da administração pública brasileira e de seus agentes, estabelece o princípio da **eficiência** como um dos princípios fundamentais a serem obedecidos.

Ora, a obediência a esse princípio inicia-se com os critérios adotados pela administração na escolha de seus agentes. No caso dos cargos de comissão, o critério **é o da confiança que a autoridade competente deposita no indicado para o cargo**. Tal confiança decorre da discricionariedade que a autoridade competente tem de julgar a capacidade e a idoneidade de determinada pessoa para ocupar funções de confiança.

Observe-se, o que disse Hely Lopes Meirelles:

“cargo em comissão é o que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores



hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas o seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função”

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, *caput*, estabelece regramentos destinados à Administração Pública, nos seguintes termos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O inciso V do artigo 37 da Carta Maior oferece os balizamentos para a efetivação do acesso através dos denominados cargos em comissão:

"V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;" (grifo nosso).

Dessa forma, claro e evidente que os agentes públicos, enquanto praticam atos circunscritos às atribuições do cargo que ocupa, estão agindo no interesse público.

Necessário, assim, assegurar o direito do agente público, ocupante de cargo em comissão, de praticar todos os atos que lhes sejam legalmente atribuídos em razão do cargo, sem que haja ingerências descabidas de entidade de classe, como também garantir o direito da Administração Pública de nomear seus servidores para cargo em comissão atendendo tão somente às exigências da lei.

O professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, em sua obra "Comentários à Constituição Brasileira de 1998", volume I, Editora Saraiva, assim preleciona:



"Cargos em comissão. Constituem cargos em comissão todos aqueles cujo preenchimento deve depender da confiança do nomeante para o bom andamento da administração. São, por isso, ditos também cargos de confiança. Tais cargos são aqueles pelos quais se transmitem as diretrizes políticas, para a execução administrativa. Cumpre a seus titulares levar adiante essas linhas de ação, precisá-las em instruções se for o caso e fiscalizar a sua fiel execução. Conforme é de bom senso, essas funções não serão bem exercidas por quem não estiver convencido de seu acerto, não partilhar da mesma visão política."

Os cargos em comissão identificados pelo agente fiscalizador, compreendem assim, **nas atividades de direção e assessoramento, a serem desenvolvidas por ocupantes nomeados pelo critério da confiança do Agente Público ou do Agente Político**, motivo pelo qual entendemos ser cabível a reconsideração do r. entendimento daquela Corte.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os cargos de provimento em comissão (cujo provimento dispensa concurso público), são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando. É aquele predisposto, ou vocacionado, a ser preenchido por um ocupante transitório, da confiança da autoridade que o nomeou e que nele permanecerá enquanto dela gozar.

Hely Lopes Meirelles define cargo em comissão como *"aquele que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função"*.

E mais, com relação às atribuições, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, destaca que os cargos em comissão **implicam no exercício de atribuições a serem confiadas a pessoas de absoluta confiança das autoridades superiores,** especialmente dos agentes



políticos, pois constituem os canais de transmissão das diretrizes políticas, para a execução administrativa.

Não é qualquer plexo unitário de competências que reclama seja confiado o seu exercício a esta ou aquela pessoa, a dedo escolhida, merecedora da absoluta confiança da autoridade superior, mas apenas aqueles que, dada a natureza das atribuições a serem exercidos pelos seus titulares, justificam exigir-se deles não apenas o dever elementar de lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servirem, comum a todos os funcionários, como também um comprometimento político, uma fidelidade às diretrizes estabelecidas pelos agentes políticos, uma lealdade pessoal à autoridade superior (Marcio Cammarosano).

Neste sentido, considerando a inexistência de ato normativo dispondo sobre as atribuições, e estas estando relacionadas às funções e tarefas daqueles que detém competência para nomeação, não se vislumbra qualquer irregularidade nos cargos comissionados preenchidos pelo Poder Executivo do Município de Mogi Mirim.

D.4 – DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES:

A Auditoria entendeu ser procedente a motivação apresentada pelo Conselho Municipal de Saúde para a reprovação da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2016 da secretaria de saúde de Mogi Mirim.

Quanto ao presente apontamento, reportamos a Vossa Excelência aos esclarecimentos expostos no item “B.3.2.2. *OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL*”.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

Neste tópico, apontou-se a remessa intempestiva de documentos devidos ao Sistema AUDESP.



Trata-se de pequenos atrasos decorrentes de desajustes tecnológicos verificados no momento da transmissão das informações, o que, no entanto, foi corrigido ao longo do exercício, não ficando pendente a remessa de nenhum documento referente ao exercício de 2016.

Por fim, observou que houve cumprimento parcial das recomendações exaradas no parecer das Contas Anuais de 2013 da PM de Mogi Mirim.

Quanto a esta questão, temos a informar que **a então Administração atendeu quase a integralidade das recomendações desse Sodalício**, restando apenas algumas que já estão em vias de atendimento.

Registre-se que a Prefeitura Municipal, sempre se esforça ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para os raros casos em que esta praxe não foi observada o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Do mais, se alguma falha persiste neste item é possível extrair das decisões desse E. Tribunal que esta não tem o condão de macular as contas ora examinadas, podendo ser levada para o campo das recomendações (vide processos TC – 3373/026/06, TC – 3501/026/06, TC – 2096/026/07, TC – 2075/026/07, TC – 2065/026/07, dentre outros).

E.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS e LIQUIDADAS:

Neste último tópico, a Fiscalização consignou em seu relatório que a situação financeira da Municipalidade de Mogi Mirim piorou drasticamente entre o período de início e término dos 08 meses finais de mandato do Chefe de Poder, em descumprimento do disposto no art.42 da LRF.



Com o devido respeito, é absolutamente equivocada a conclusão da equipe de auditoria, isso porque o entendimento de que houve afronta ao contido no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal surge após severas alterações sugeridas no quadro de fls. 87 do relatório de inspeção *in loco*.

A conclusão da fiscalização é totalmente dissociada do preconizado no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Iniciando pelo “Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 31.12”, observa-se que a fiscalização considerou a quantia de R\$ 24.701.004,83, o que é composto por empenhos de 2016 e restos a pagar de exercícios anteriores.

Neste caso específico, para fins de apuração de eventual afronta ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a equipe de fiscalização deveria considerar somente os empenhos de 2016, os quais somaram a quantia de R\$ 1.933.173,03 (empenhos de 2016 inscritos em restos a pagar liquidados).

Ainda em relação a tais valores, a fiscalização não observou que a quantia de R\$ 4.392.638,90, estava vinculado às fontes de arrecadação 02 e 05. O saldo, no valor de R\$ 20.308.365,93, estava vinculado aos recursos próprios.

Em se tratando de recursos vinculados a outras fontes de recursos, não há que se exigir da Administração Pública disponibilidade de caixa para suportá-lo.

Outro ajuste realizado pela auditoria e que não pode ser acatado pela Corte de Contas se refere ao “Cancelamento de Empenhos Liquidados”, no valor de R\$ 15.972.912,95.

Trata-se dos valores das compensações de INSS que já estavam empenhados e liquidados, mas que foram anulados após a transmissão das GFIPS compensadas.

Considerando que foram realizadas as compensações através do auto lançamento nas GFIP's, não há que se falar em irregularidade no cancelamento dos empenhos.



Logo, não se pode exigir disponibilidade financeira para assumir despesas que deixaram de existir em razão do instituto da compensação.

Ainda que assim não entenda, o que se admite por mera hipótese, viu-se anteriormente que a atual gestão do Executivo de Mogi Mirim optou pelo parcelamento da dívida, mesmo sem qualquer manifestação contrária da Receita Federal.

O fato, Exa., é que com o parcelamento da dívida, caso tivesse ocorrido a manutenção dos empenhos de 2016, os mesmos seriam cancelados em 2017 em razão do parcelamento da dívida.

Refeitos os cálculos, será possível concluir que a em 31.12.2016, o Executivo de Mogi Mirim possuía disponibilidade de caixa para assumir as despesas liquidadas de 2016, em especial aquelas assumidas nos dois últimos quadrimestres do exercício, exatamente como determina o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante da análise das anotações da ilustre auditoria, bem como das alegações de defesa trazidas ao conhecimento desse Egrégio Tribunal, não há outra conclusão a se extrair senão a de que as Contas do Exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim estão aptas a merecer o beneplácito dessa Colenda Corte, mesmo porque como visto anteriormente este Executivo está em posição bastante favorável em relação aos pontos tidos como cruciais da Administração Pública.

Logo, é possível concluir que as supostas falhas que por essa Corte venham a ser apuradas, tratar-se-ão de meras irregularidades formais, as quais não influenciaram na Administração do Município de Mogi Mirim, não tendo ocasionado nenhum prejuízo aos cofres públicos, nem mesmo aos administrados, impossíveis, portanto, de macular todo o exercício financeiro de 2016, merecendo quando muito eventuais recomendações no sentido de não mais serem cometidas.



Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência seja emitido parecer **FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, haja vista que foi dado atendimento aos pontos tidos como cruciais na Administração Pública.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 03 de outubro de 2017.

EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA

OAB/SP Nº 109.013

GABRIELA MACEDO DINIZ

OAB/SP Nº 317.849